



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681715 - RJ (2021/0228766-7)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : JUAN CLEBER PAULA DA CONCEICAO (PRESO)
CORRÉU : JOAO VITOR DA SILVA GUIMARAES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JUAN CLEBER PAULA DA CONCEIÇÃO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APELAÇÃO CRIMINAL N. 0140550-13.2018.8.19.0001).

O paciente foi condenado à pena de 10 anos e 4 meses de reclusão em regime inicialmente fechado, pela prática do crime descrito nos arts. 33 e 35, ambos combinados com art. 40 IV da Lei 11.343/2006 e art. 329 do CP, na forma do art. 69 do Código Penal.

Sustenta o impetrante, em síntese, a ilegalidade da decisão que condenou o ora paciente pelo crime de associação para o tráfico, eis que não restou demonstrada a necessária estabilidade e permanência da conduta. Defende que o paciente faz jus à aplicação da causa de diminuição da pena do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06, salientando que se trata de réu primário e com bons antecedentes.

Requer a absolvição do paciente quanto ao crime de associação para o tráfico e a aplicação da causa de diminuição da pena, por se tratar de tráfico privilegiado, com a consequente fixação do regime aberto para o início do cumprimento da pena.

É, no essencial, relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência